



JUSTIFICATIVAS DAS AÇÕES DE PROJETOS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Luciano Flávio da S. Leonidio
Isaias Ferreira Tavares
Átila Carvalho de Medeiros
Haroldo Bezerra de Almeida
Ariadne Livia Moraes

RESUMO

A utilização do esporte e do lazer enquanto veículo total ou parcial da intervenção de projetos e ações sociais tem sido bastante frequente em nosso cotidiano. Para se demonstrar a importância de realização destas ações, diversas justificativas sociais e educacionais são dadas pelos projetos em questão. O presente trabalho pretende refletir junto à literatura da área, os diversos e diferentes posicionamentos dados, no que se refere a relevância e a fundamentação sobre os projetos sociais de esporte e lazer, na intenção de legitimar e consolidar suas intervenções. Esta indagação central advém da percepção de um recente aumento no debate sobre estas ações, bem como na atenção e na consistência dada no interior da comunidade acadêmica e esportiva.

Palavras-chaves: Esporte; Lazer; Projetos Sociais

ABSTRACT

The use of sport and leisure as a vehicle of all or part of the intervention projects and social activities has been quite common in our everyday lives. To demonstrate the importance of implementing these actions, various social and educational justifications are given for the projects in question. The present work aims to reflect together on the literature, the various different positions and data regarding the relevance and reasoning about the social projects of sport and leisure, the intention to legitimize and consolidate their operations. The central question comes from the perception of a recent increase in discussion of these actions, as well as attention and consistency given within the academic community and sports.

Keywords: Sport; Leisure; Social Projects

RESUMEN

A utilización del deporte y el ocio como vehículo de la totalidad o parte de los proyectos de intervención y las actividades sociales ha sido bastante común en nuestra vida cotidiana. Para demostrar la importancia de aplicar estas acciones, varias justificaciones sociales y educativos se dan para los proyectos en cuestión. El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar conjuntamente sobre la



literatura, las diferentes posiciones distintas y los datos sobre la relevancia y el razonamiento sobre los proyectos sociales del deporte y el ocio, la intención de legitimar y consolidar sus operaciones. La cuestión central viene de la percepción de un aumento reciente en la discusión de estas acciones, así como la atención dedicada y la coherencia dentro de la comunidad académica y el deporte.

Palavras-chaves: Deporte; Ocio; Proyectos Sociales

Dentre os diversos fenômenos sociais, poucos possuem uma atenção tão evidente para com a sociedade como a que tem o esporte. A partir de sua própria relevância cultural e social, a prática esportiva e de lazer ao longo do tempo vai se constituindo em objeto de políticas públicas. De forma que no Brasil, com a Constituição de 1988, o esporte passa a ser tratado de fato como direito social conforme descrito no artigo 217.

Apesar deste tal interesse, a prática esportiva ainda não recebe a legitimação social que outros direitos usufruem no âmbito das políticas públicas. Mesmo preconizado como direito, vivemos em um cenário escasso desta oferta, ao ser comparado com outras políticas sociais. (LEONIDIO, 2010).

Quer seja por sua grande visibilidade, quer seja pela intensa solicitação popular, percebemos sem muita dificuldade o grande número de ações sociais que utilizam o esporte como objeto. Nessa esteira, começa-se a veicular uma “suposta” nova dimensão do esporte, o “esporte social”, vertente que indicaria as ações públicas e privadas, voltada principalmente para o benefício de crianças e adolescentes, e que traria consigo a absorção de valores tais como inclusão social, cidadania, cooperação, solidariedade, dentre outros. (MELO, 2007). Nesse contexto, as ações sociais advindas dos poderes públicos e privados, ou ainda em forma de parceria entre as duas esferas, começam a ganhar destaque. Estes se apresentam como aliados na luta a favor da inclusão social, e são freqüentemente veiculados na mídia.

Para Melo (2007), ao pensarmos num “esporte social”, poderíamos refletir sobre um processo de garantia do mesmo como um direito social adquirido, entretanto, vivemos um momento histórico onde prepondera a intervenção do chamado Estado gerencial e não executor. Segundo esta concepção, o “esporte social” está a cabo do “terceiro setor”, este constitui-se naquele praticado nos projetos sociais que atuam principalmente para a juventude em comunidades carentes.

Tanto na instância não-governamental como no interior da esfera estatal, observamos que a utilização do termo “esporte social” aparece de forma intensa, e se articula com a disseminação de projetos e ações sociais existentes no Brasil hoje. Diante de tal disseminação nos perguntamos: Por que o esporte encontra nessa vertente de ação social um destaque tão evidente?

Sabemos das grandes dificuldades para o combate dos índices de pobreza no Brasil, na garantia de uma série de direitos sociais. Por que então as políticas de esporte vêm ganhando tanta atenção nessa agenda? As justificativas dadas para a intervenção destes projetos encontram variadas formas que se articulam diretamente com anseios educacionais e sociais, diretos ou indiretos.

Tabares (2006) relata que a Educação Física, o Esporte e o Lazer, constituem-se num importante mediador do desenvolvimento humano, haja vista serem fenômenos que carregam consigo características inerentes à participação, ao encontro e a um amplo exame da sociedade atual. Ainda segundo o autor o Esporte e a Recreação que muitas vezes possibilitam o bem-estar humano, precisam ser promovidos não apenas na perspectiva da garantia da oferta de bens e serviços, mas também do ponto de vista do fortalecimento dos graus de autonomia e participação das pessoas e da comunidade.



Segundo Correia (2008) é por este motivo, que o campo em questão vem sendo inserido em muitas ações estatais e não-governamentais, com o intuito de preencher as carências dos grupos ditos como socialmente desfavorecidos.

Se tomássemos para si sentimentos de ordem corporativista, poderíamos dizer que tal questão seria fruto de um ganho significativo para a área de Educação Física, que estaria desta forma, conseguindo valorizar-se como uma profissão de extrema relevância social. Contudo, percebe-se que a suposta relevância social, é correspondente direto da concepção do esporte ditas pelo senso comum, através de suas práticas “saudáveis”, “educativas” e “socializantes”, e que de certa forma credencia-o de maneira unânime.

E é neste ensejo que o esporte muitas vezes é apresentado de modo linear e sem contradição alguma, tendo como base uma prática social de lazer que contribuiria para a formação humana, promoção de saúde, além de ser um elemento extremamente socializador para um contingente significativo de crianças, jovens, adultos e idosos.

Essa questão implica diretamente na disseminação da noção da prática esportiva como algo por si só benéfico. A partir disto então, observamos a um acréscimo de políticas públicas e privadas de esporte, principalmente no que tange à sua visibilidade pública.

Conforme Melo (2005) é nesse contexto do Terceiro Setor (que se apresenta muitas vezes como agente protagonista na execução de políticas sociais) que se concebe a idéia da redução de possibilidades do acesso e permanência de diversos dos direitos sociais, acarretando num significativo aumento número dos chamados “projetos sociais” esportivos e/ou culturais, principalmente em bairros populares e/ou favelas. O discurso predominante nestes locais é que, através dessas ações os jovens e as crianças pobres teriam acesso às práticas esportivas e/ou culturais, tendo ainda em contrapartida possibilidades educativas ampliadas.

Conforme o pensamento de Molina (2007) acreditamos que, políticas, programas e projetos advindos de qualquer âmbito da sociedade (Estado, Mercado ou Terceiro Setor), tem se fortificado pela potencialização qualitativa do esporte, principalmente na infância e adolescência, sobretudo por meio da mídia e das Políticas Públicas de Esporte. Entretanto, a autora afirma que existe pouca reflexão crítica do ponto de vista político-pedagógico para sustentar a análise dos impactos qualitativos desta prática.

Para Correia (2008) a visão da sociedade para com o campo, contribui diretamente para este fato, haja vista ser reconhecida pelo senso comum como promotor de saúde, moralizador e disciplinador, ou ainda forma rica de entretenimento. Estas concepções favorecem para o surgimento de projetos sociais que segundo o autor são equivocadamente planejados e avaliados. Este fator muitas vezes torna-se perceptível ao voltar-se às análises de intervenção destes projetos acerca do impacto direto ou indireto dos problemas sociais que se propõem a atender.

As principais justificativas para a implementação de projetos sociais do Terceiro Setor com foco de intervenção na prática de esporte e lazer, são fundamentadas por meio da ocupação do tempo livre, como uma espécie de solução aos problemas relacionados à violência, criminalidade, uso de drogas, dentre outros.

Guedes (2006) relata a existência de certa uniformidade dos discursos que legitimam os projetos e ações sociais de esporte e lazer de uma maneira geral. A autora considera que a visão da preocupação em ocupar crianças e jovens está intimamente ligada às principais justificativas de ação dos projetos sociais de esporte e lazer no Brasil. A partir destas intervenções no cotidiano dos atendidos restaria menos tempo livre para serem agregadas em “atividades ilegais”.



Melo (2007), exemplifica esta concepção ao relatar que não é tão incomum ouvir assertivas de que o jovem que pratica esporte, não se envolve com drogas, ou ainda argumentos mais conservadores que se articulem com a relação de tempo livre, como se essa fosse a chave de todos os males e problemas da juventude: “não tem tempo de pensar besteira”; “não fica fazendo o que não deve no meio da rua”; “mente vazia oficina do diabo”.

Ao se dissertar tais argumentos na formulação e execução de projetos sociais percebemos o posicionamento de que o envolvimento com delitos acontece “por não ter nada pra fazer”, adotando uma certa linearidade na posição de entre a falta de opções de lazer e o “ingresso no mundo do crime”. Esta prática reducionista e discriminatória adota uma visão que os programas e/ou projetos sociais, encontrariam no esporte e o lazer o “medicamento sedativo”, servindo de “antídoto” para coibir práticas criminosas e/ou ilegais, uma forma de “anestésico social” numa perspectiva conservadora de controle da sociedade. Esta concepção “salvacionista” está bastante presente em diversos momentos de projetos sociais de esporte e lazer do Terceiro Setor, bem como de iniciativas públicas. (MELO, 2007; CORREIA, 2008).

Outra tendência que se articula muitas vezes nas políticas públicas de esporte e nas intervenções do Terceiro Setor, é a idéia de que programas, projetos e ações como essas, serviriam como “celeiros” de novos talentos, trazendo de volta a antiga concepção vinculada da pirâmide esportiva nos tempos de ditadura militar. Deste modo, a democratização da prática esportiva traria consigo novos talentos e com isso o país obteria melhores resultados em competições esportivas internacionais, além de promover a inclusão social dos jovens participantes. Esta questão tende a ser valorizada no Brasil nos próximos anos, em virtude do país sediar eventos esportivos mundiais, como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol.

Essa visão de profissionalização esportiva dos jovens conforme o olhar dado por Martins e Melo (2004) normalmente aborda a questão dos problemas da juventude e suas soluções a partir de iniciativas individuais. Deste modo, o sucesso de um dos jovens participantes alcançando o alto nível servirá de exemplo para os demais. Neste processo de individualização, cabe aos jovens através de seus esforços e talentos, buscarem o seu espaço, pois nesta concepção todos tem condições de alcançar o sucesso esportivo, bastando “apenas” dedicação. Aqueles que porventura não alcançarem o sucesso foram porque não se dedicaram o suficiente.

Outro argumento bastante encontrado nas justificativas de projetos sociais e de políticas públicas vinculadas ao esporte e ao lazer é a questão da inclusão social. Segundo Rezer et al (2007), o esporte neste cenário apresenta elementos articulados numa lógica de tranquilização e adaptação social, sob uma “pretensa” perspectiva inclusiva. Para os autores, esta assertiva foge das possibilidades concretas de intervenção, compondo um discurso “ingênuo” e atrelado aos interesses do capital.

Outra argumentação bastante enérgica sobre as afirmativas dada para as intervenções na área é a questão do termo cidadania. Rezer et al (2007), afirma que muitas vezes a utilização do termo cidadania recorre muito mais a uma “artimanha verborrágica”, com o intuito de “acalantar” as crianças e os jovens participantes, nos projetos de caráter assistencialista, que servem como uma espécie de “maquiagem”, um “analgésico social”. Sua manifestação estabelece uma pseudo-intervenção por meio de um discurso superficial, salvacionista e irrefletido, vinculado ao esporte.

O que se julga na verdade, é se a prática esportiva por si só garante a cidadania, se há relação com o processo de conquista e manutenção da mesma, ou ainda se é possível resgatar a o termo num contexto



social, que, apesar das novas opções de prática de esporte e lazer, outros problemas diários na comunidade em questão permanecem.

Acreditamos assim como Tabares (2006) que a relação do Esporte e Lazer com os projetos sociais passa pela ação de provocar condições e oportunidade de acesso e permanência e devem ser entendidos não como uma dádiva que o Estado ou uma instituição não-governamental possibilita, mas e sim como mecanismo de transformação das condições que impedem tal acesso.

As intenções dos projetos devem estar bastante explícitas haja vista que o Esporte e o Lazer podem ser mediadores de processos de participação e fortalecimento das camadas mais fragilizadas da população, mas também podem ser mediadores de processos de desmobilização e alienação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CORREIA, Marcos Miranda. Projetos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer: Reflexões preliminares para uma Gestão Social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 29, n.3, p. 91-105, maio 2008.

GUEDES, Simoni Laduh et al. Projetos Sociais Esportivos: notas de pesquisa. 'Usos do Passado'. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org.resources/rj/Anais/2006/conferencia/Simoni%20Lguedes,%20Julio%20Davies,%20Michelle%20ARodrigues%20e%20Rafael%20MSantos.pdf>>. Acesso em: 14/05/2009.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. **Projetos e ações sociais de esporte e lazer: a intervenção do Projeto Santo Amaro e sua dinâmica Interinstitucional de parcerias**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; MELO, Marcelo Paula de. Políticas Públicas de Esporte para juventude na baixada Fluminense/RJ: Uma discussão introdutória. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t034.pdf>> Acesso em: 12/06/2008.

MELO, Marcelo Paula de. Esporte Social futebol clube: contradições e dilemas em nosso tempo. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, n. 35, p. 54-58, 2007.



_____. **Esporte e Juventude Pobre: Políticas Públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré** – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MOLINA, Rosane Kreuzburg. Políticas de Esporte e Projetos Sociais: Impactos nos processos de subjetivação dos jovens. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Recife. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/278.pdf>> Acesso em 30/03/2008.

REZER, R. et al. Reflexões críticas a partir das experiências do Programa Esporte Emancipação – focos de ruptura frente ao paradigma da “inclusão social”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15, 2007, Recife. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/246.pdf>> Acesso em 30/03/2008.

TABARES, José Fernando. O Esporte e a Recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social. In: MELO, Victor Andrade de; TAVARES, Carla (orgs.). **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer e inclusão**. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

Tipo de Apresentação: Pôster
Endereço: Avenida João Ernesto, 115 Bairro João Ernesto
Email: isaiasft@gmail.com

LEONIDIO, Luciano Flávio da S. (orientador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GOIANA (FFPG/PE)
TAVARES, Isaias Ferreira (autor)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
MEDEIROS, Átila Carvalho de. (co-autor)
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GOIANA (FFPG/PE)
ALMEIDA, Haroldo Bezerra de. (co-autor)
FACULDADE SALESIANA DO NORDESTE (FASNE)
MORAES, Ariadne Lúvia. (co-autor)